

Procedimento concursal comum para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para a ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, cuja atividade é um técnico superior, com formação em Educação Emocional.

Aviso

Nos termos do artigo n.º 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril conjugado com o n.º 2 do artigo 33.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, doravante designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aplicável à Administração Local, torna-se público que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 11 de novembro de 2020, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data de publicação deste aviso no Diário da República, procedimento concursal comum para ocupação do seguinte posto de trabalho temporário e vago no mapa de pessoal de 2020 do Município de Macedo de Cavaleiros:

1 - Um Técnico Superior, licenciatura não especificada.

2 – Entidade responsável pelo procedimento concursal:
Município de Macedo de Cavaleiros.

3 – Ato administrativo que aprova o recrutamento:

Deliberação da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, datada de 30 de outubro de 2020, tomada por unanimidade, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

4 – Legislação Aplicável ao concurso:

Legislação aplicável ao procedimento concursal: ao presente procedimento concursal são aplicáveis, designadamente, a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, doravante designada por LTFP, o Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, a Portaria n.º 125-A/2019, de

30 de abril, doravante designada por Portaria, o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro, a Portaria 1553-C/2008, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

5 – Consultas:

5.1 – Consultas externas:

De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais de 15/05/2014, homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15/07/2014, “as autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral das Qualificações dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”.

Nos termos previstos no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, foi efetuada consulta à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes sobre a existência de pessoal em requalificação naquela entidade, a qual remeteu Declaração de não constituição da Entidade Gestora da Requalificação das Autarquias (EGRA), bem como não se encontra reserva constituída no próprio organismo.

5.2 – Consulta interna:

Os postos de trabalho não podem ser ocupados por candidatos em reserva de recrutamento *in house*, a que se refere o artigo n.º 41.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por tal reserva não se ter constituído no Município de Macedo de Cavaleiros em anterior procedimento concursal, nem em procedimento concursal destinado unicamente para esse efeito.

6 – Vínculo de emprego público:

Contrato de trabalho em funções públicas, constituído a termo resolutivo certo, com fundamento no n.º 1, alínea i) do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

6.1 – Duração do contrato de trabalho:

Até ao término do projeto.

6.2 – Prazo de validade:

O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 3 do artigo n.º 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

7 – Caracterização do posto de trabalho:

Técnico Superior, licenciatura (formação em Educação Emocional) – funções de grau de complexidade funcional 3, mencionadas no Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente, dinamizar atividades de carácter formativo para pais /encarregados de educação, alunos e professores, no sentido de promover o acompanhamento de programas de estudo, o desenvolvimento de competências parentais, o treino de competências para lidar com problemas de comportamento, orientação escolar, o desenvolvimento da identidade pessoal e construção de projeto de vida do aluno; promover ações periódicas de *coaching* para pais/encarregados de educação, alunos e professores, com vista a catalisar a mudança de mentalidades e atitudes; transformar pontos de vista e perspetivas; abrir a mente para novas possibilidades e formas de encarar a educação escolar; realização de sessões de yoga e/ou meditação, ferramentas úteis que ajudam os alunos a fazer face às dificuldades, quer na escola, que no âmbito familiar. Através dos exercícios de relaxamento e de concentração, os alunos podem melhorar os seus índices motivacionais e, conseqüentemente, os seus resultados escolares. Ademais, as práticas de yoga e meditação ajudam a adequar comportamentos a contextos e a estabelecer relações empáticas, contribuindo para o desenvolvimento da literacia emocional e, conseqüentemente, ajudando a resolver muitas das problemáticas resultantes de fraca educação emocional.

7.1 – Competências essenciais:

Orientação para os resultados;

Planeamento e organização;

Conhecimentos especializados e experiência;

Iniciativa e autonomia.

7.2 – Categoria de referência:

O trabalhador a integrar exercerá as suas funções por referência à categoria de Técnico Superior da carreira geral e unicategorial de Técnico Superior, sem estar integrado numa carreira, nos termos do n.º 2, do artigo n.º 79.º da LTFP.

8 – Posicionamento remuneratório:

Tendo em conta o preceituado no artigo 38.º da LTFP, o posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª posição da categoria de Técnico Superior, carreira geral e unicategorial de Técnico Superior, nível 15 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, a que corresponde o valor de 1.205,08€ (mil duzentos e cinco euros e oito centimos).

9 – Requisitos de admissão:

9.1 – Gerais:

A constituição de vínculos de emprego públicos depende da reunião dos requisitos instituídos no artigo 17.º da LTFP, ou seja, a) - nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial, b) – 18 anos de idade completos, c) – não inibição do exercício de funções públicas ou interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar, d) – robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício de funções e, e) – cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

9.2 – Especiais:

Situação militar regularizada (artigo n.º 56.º da Lei do Serviço Militar).

10 – Nível habilitacional: Licenciatura, não especificada.

10.1 - Formação em Educação Emocional.

10.2 – Não é admitida a substituição do nível habilitacional por formação e/ou experiência profissional.

11 – Local de trabalho:

Área do Município de Macedo de Cavaleiros.

Divisão do Conhecimento e Desenvolvimento Social.

12 – Área de recrutamento:

Em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. Em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação desta regra, o

recrutamento será feito de entre trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado e determinável ou de entre indivíduos sem vínculo de emprego público.

13 – Impedimentos de admissão:

Não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita este procedimento.

14 – Métodos de seleção:

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da LTFP, Avaliação Curricular, de carácter obrigatório e, nos termos da alínea a) do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, Entrevista Profissional de Seleção, de carácter complementar.

14.1 Avaliação Curricular (AC):

Neste método de seleção são considerados e ponderados os seguintes parâmetros, com relevância para o posto de trabalho a ocupar: Habilitação Académica (HA), Formação Profissional (FP) e Experiência Profissional (EP). A Avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da seguinte fórmula:

$$AC = (HA \times 30\% + FP \times 30\% + EP \times 40\%)$$

14.2 – Entrevista Profissional de Seleção (EPS):

Neste método de seleção são considerados e ponderados os seguintes parâmetros de avaliação: a) – Conhecimentos teóricos e práticos dos problemas e tarefas à função a exercer; b) – sentido de organização e capacidade de inovação; c) – capacidade de relacionamento; d) – capacidade demonstrada na procura de soluções, perante situações problemáticas, hipoteticamente criadas. A ponderação de cada parâmetro de avaliação é feita nos termos do n.º 6, do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. A entrevista a realizar pelo júri tem a duração máxima de 20 minutos.

14.3 – Exclusões:

Cada um dos métodos de seleção é eliminatório. É excluído do procedimento o candidato que obtenha uma classificação inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhe

sendo aplicado o método seguinte, conforme resulta do n.º 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. A falta de comparência dos candidatos a um dos métodos de seleção, que exija a sua presença, equivale à sua exclusão do procedimento.

15 – Classificação Final (CF)

A classificação final dos candidatos é expressa numa escala de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte fórmula: $CF = AC \times 60\% + EP \times 40\%$

15.1 – A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção:

A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública e disponibilizada na sua página eletrónica.

16 – Igualdade de classificação entre candidatos:

Em caso de igualdade na classificação final entre os candidatos, os critérios de preferência a adotar são os previstos no artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

17 – Convocatória para a realização dos métodos de seleção:

Para a realização dos métodos de seleção, os candidatos admitidos são convocados nos termos do artigo 24.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por uma das formas aí previstas e indicada no formulário de candidatura, com indicação do local, data e horário em que os mesmos devam ter lugar.

18 – Notificação dos candidatos excluídos:

Para os efeitos do artigo 22.º da Portaria citada, os candidatos excluídos são notificados por uma das formas do artigo 10.º dessa Portaria e indicada no formulário de candidatura, com vista à realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

19 – As atas do júri:

As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, a ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de classificação final são definidos em momento anterior à publicitação do procedimento e publicitadas na página eletrónica da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

20 – Lista unitária de classificação final:

A lista unitária de classificação final, após homologação, será afixada em local visível e público nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e disponibilizada na sua página da eletrónica, sendo, ainda, publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

21 – Composição do Júri:

O júri do procedimento será o seguinte:

Presidente: Cristina Paula Couraceiro Brinço, Chefe da Divisão do Conhecimento e Desenvolvimento Social.

Vogais efetivos: (1) João dos Santos Rodrigues Martins, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa (2) Maria Emília Pereira da Costa Palhau, Técnica Superior.

Vogais suplentes: (1) Elsa Isabel Jornal Mirandês, Técnica Superior (2) Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires, Técnica Superior.

21.1 – Substituição:

Nas faltas e impedimentos do Presidente do Júri, o primeiro vogal efetivo é quem o substituirá.

22 – Formalização das candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante o preenchimento de um formulário tipo, de uso obrigatório, devidamente datado e assinado, disponível no Setor de Arquivo Municipal e Expediente Geral da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, em www.cm-macedodecavaleiros.pt. A apresentação da candidatura deve ser efetuada por correio registado, com aviso de receção, e remetida ao Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (Jardim 1.º de maio, s/n, 5340-218 Macedo de Cavaleiros), até ao fim do prazo fixado neste aviso ou entregue pessoalmente no mencionado Setor, entre as 09:00 e as 12:30 horas e as 13:30 e as 17:00 horas. Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

22.1 – Apresentação de documentos:

As candidaturas devem ser instruídas com os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) – Formulário tipo de candidatura, corretamente preenchido e assinado; b) – fotocópia

simples ou autenticada do certificado de habilitações literárias ou de outro documento legalmente idóneo; c) – *curriculum vitae* devidamente datado e assinado pelo candidato; d) – quando aplicável, declaração autêntica, emitida pelo órgão ou serviço público de origem, datada em momento coincidente com o período de apresentação de candidaturas, da qual conste, de modo inequívoco, a modalidade do vínculo de emprego público, a descrição detalhada da atribuição, competência ou atividade que executa, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e a avaliação de desempenho relativo aos últimos três anos; e) - documento comprovativo das ações de formação onde conste a data de realização e duração.

23 – Candidatos com deficiência:

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, para os candidatos com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60% e, nos termos do artigo 3.º, n.º 3, os candidatos em causa têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Estes devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do diploma legal mencionado.

24 – Nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 2, alínea f) da Portaria compete ao júri verificar a capacidade dos candidatos com deficiência para exercerem as funções inerentes ao posto de trabalho nos termos da legislação em vigor.

25 – Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, publicado no Diário da República, n.º 77, 2.ª série, de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: “ Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

26 – Os dados pessoais que irão ser recolhidos destinam-se exclusivamente aos fins do presente procedimento concursal.

Macedo de Cavaleiros, Paços do Concelho, 16 de novembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,



Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues

